

Entrevista Tiago Barbosa Ribeiro

PS, 1ª legislatura

Área: Trabalho e segurança social

Tempo: 45 minutos

Assembleia da República, 29/09/2016

Contacto entre deputados e cidadãos

- Contactos formais iniciados pelos cidadãos
 - Recebe muitos contactos de cidadãos (acima do que esperava)
 - sobretudo e-mails, algumas cartas
 - cidadãos enviam questões concretas e muitos pedidos de audiências e reuniões presenciais (no caso concreto, devido à área, recebe muitos pedidos de sindicatos e comissões de trabalhadores)
 - responder ou não aos contactos depende de cada deputado
 - Reuniões individuais com cidadãos são raras, até porque há pedidos que extravasam a área de acção e competências dos deputados
- Contactos promovidos pelos deputados
 - Às segundas-feiras como não há actividade no parlamento agenda contactos no círculo eleitoral onde foi eleito (normalmente na sede do PS-Porto) e visitas no terreno (escolas, empresas, instituições)
 - Está a enviar cartas a todas as instituições do Porto a dizer que foi eleito e que está disponível para reunir
 - Aceita também pedidos de participação em eventos externos (congressos, convenções, seminários nas faculdades)
 - Utiliza as redes sociais – recebe cerca de 50 mensagens por dia no facebook; sobre todos os tipos de temas (questões, problemas, desabafos), há picos com temas específicos (ex: despedimentos no Novo Banco)
 - estão a trabalhar na criação de um site para mostrar a actividade do deputado; considera que o site do parlamento mostra apenas uma parte muito formal e muito pequena do trabalho (apenas a parte legislativa); há todo uma série de

fenómenos associados e dinâmicas associados que se vai desenvolvendo e vale a pena divulgar

- Não sabe dizer se o contacto surge mais dos cidadãos ou por iniciativa própria
- Ao contrário do que as pessoas pensam há muito pouco apoio parlamentar, há um ou dois assessores por comissão, não individualmente para os deputados
- Deputados são poucos face à escala do que é preciso fazer num círculo eleitoral, se for feito um trabalho sério
- “o deputado tem que suscitar interesse e promover iniciativas e contactos fora do período eleitoral”
- Objectivo principal: “no meu caso faço essencialmente combate político” – divulgação de iniciativas, notícias para gerar debate político
- No caso dos contactos provenientes dos cidadãos “há uma resposta e uma tentativa de deslocamento do problema”. “Procuo responder sempre à pessoa com solidez”, “Tento encaminhar as questões para o governo, para as diferentes áreas, solicitando material para as respostas quando necessário, reservo sempre uma parte do meu dia, ainda longa para essas respostas” (uma a duas horas por dia); recebe cerca de 70 e-mails numa tarde; muitos são reencaminhados a partir do e-mail geral do PS pelo chefe de gabinete que envia para o responsável de cada área
- Não sabe se há uma grande diferença entre o período de campanha eleitoral e o período regular, “mas admito que não seja muito diferente”, há picos, por exemplo, na altura do orçamento de estado recebe-se muitas propostas e pedidos de reuniões (de grupos de interesse). No Verão é mais calmo.

Grupos de interesse

- Grupos de interesse com que mantém maior contacto: “na minha área, relaciono-me com sindicatos, confederações patronais (que não gostam muito de nós no actual momento), associações empresariais, comissões de trabalhadores”
- Há um grande peso dos sindicatos, no sentido de procurarem informar, partilhar informações, fazer sugestões. “Tanto quanto sei isso é transversal aos outros grupos parlamentares e outras esferas de poder, tal como o Ministério do Trabalho, das Finanças e Primeiro-Ministro”.
- A área do trabalho e segurança social é particularmente relevante neste aspecto, por exemplo na área de assuntos europeus não há tantos grupos de interesse específicos.

Segundo feedback do grupo parlamentar e chefe de gabinete, cerca de 60% dos pedidos são desta área do trabalho

- Com estes grupos de interesse a forma de contacto preferencial são reuniões presenciais, regulares, mas sem periodicidade fixa (adapta-se a temas, exemplos: preparação do congresso da OIT, orçamento do Estado; três a quatro reuniões este ano, com uma pequena delegação do PS – duas a três pessoas). Além disso, há uma troca frequente de informação (através de e-mails)
- Evolução das relações com os sindicatos: espera que estejam a melhorar; “acho que é muito importante, numa perspectiva ideológica, o reforço da ligação do PS ao mundo do trabalho, que foi muito desvalorizado durante muitos anos”, “estamos a fazer um esforço de recomposição da relação do PS com o mundo sindical, valorizando questões que são centrais no mundo do trabalho”, “acho que as relações com o actual governo são muito boas, em geral existe um grande alinhamento”, “a relação do mundo do trabalho com o PS acho que melhorou inequivocamente e sobretudo com áreas do mundo do trabalho com quem tradicionalmente o PS não se relacionava”, sobretudo com “a larga massa de trabalhadores que não está representada em sindicatos que são os precários”
- “O governo tem valorizado imenso a concertação social e bem”. Mas, a concertação social, durante o último governo, nos últimos anos foi muito desequilibrada a favor dos patrões. “Admito que a relação com as confederações patronais seja melhor com medidas que correspondem a um certo modelo de competitividade que não é o nosso”.

Actividade parlamentar

(Minuto 25)

- Perguntas ao governo: conteúdo é decidido por cada deputado a nível individual
- “quando quero fazer uma questão ao governo não peço autorização a ninguém”
- Muitos deputados não colocam questões individualmente
- Devem sempre ser feitas questões ao governo, quando o deputado encontra questões relevantes na área que trabalha, mas “essa figura não deve ser banalizada, as pessoas têm que usar isso com parcimónia”
- As Perguntas ao governo têm que ser centrais e não devem ser questões sobre um problema em concreto, devem ser representativas de uma escala de problemas. Mas pode ser sobre um problema concreto que seja representativo de uma realidade social

mais ampla (ex: despedimento de uma trabalhadora grávida, não é sobre essa pessoa, representa uma realidade social)

- Porque é que o telhado de uma escola não foi trocado é uma questão que se pode fazer, mas não é uma questão que deva ocupar o governo
- Processo: “Faço uma questão e alargo depois a outros deputados. Envio para o meu grupo de trabalho e outros grupos ou deputados que pareçam relevantes”. O mesmo passa-se com a subscrição de um projecto de lei
- Não há regra para ser assinado por vários deputados, mas é natural que sejam alargadas ao grupo que trabalha o tema
- Normalmente o primeiro signatário é o autor do conteúdo, mas pode haver outras lógicas mais institucionalistas que prevaleçam. Por exemplo, os projectos de lei do grupo parlamentar têm uma lógica diferente: primeiro surge o presidente do grupo parlamentar, depois o vice-presidente da área e como terceiro subscritor o coordenador da área – há uma hierarquia.
- Não há nenhum manual para estes procedimentos, é uma questão de bom senso
- “Não é suposto haver um projecto do PS da área do trabalho que eu nunca tenha ouvido falar”, até porque é preciso depois falar com a imprensa, fazer declarações, articular com o Governo (não há obrigação, mas faz sentido)
- Papel da sociedade civil: há problemas denunciados por e-mail que podem dar origem a questões, outras vezes são factos que lê na imprensa, outras vezes chegam por via partidária. Há vários temas que começam a ser trabalhados com base numa denúncia proveniente por e-mail de cidadãos
- Grande diferença entre estar no governo ou oposição, é que essencialmente está de acordo com o que o governo faz. Mas não há problema em apresentar perguntas ao governo.
- Para as iniciativas legislativas, fala primeiro com o governo, não no sentido de pedir aprovação, mas de ser um trabalho de equipa. Existe grande proximidade com o ministério
- Decisão dos temas: programa eleitoral é importante, consulta frequentemente para ver que propostas pode retirar, quais já foram cumpridas; mas também é necessário adaptar à actualidade política. Há um equilíbrio. Há uma planificação para a sessão legislativa (em que identifiquei quatro ou cinco temas)
- Dificuldade para novos deputados: “verdadeiramente eu não sinto, sei que há quem sinte”, depende de cada pessoa; é preciso aprender os procedimentos – há a

dimensão dos procedimentos formais e a grande dimensão dos procedimentos informais (saber com quem se deve falar, etc). Aprendizagem tem que ser rápida

- Plenário e debates quinzenais (como é definido o conteúdo das interpelações ao governo?): nas declarações políticas e agendamentos tem tudo a ver com os temas que são trabalhados, se o tema for na área de trabalho o grupo parlamentar entrega-me isso.
- A mesma lógica para os debates com o primeiro ministro. Há um tema escolhido pelo primeiro ministro, se for da área é chamado a intervir, se não for não é. O tema é distribuído pela equipa que o trabalha, o coordenador do grupo seleciona os intervenientes tendo em conta os subtemas. O coordenador tem que estar sempre disponível, para as declarações de fundo, etc., porque domina melhor o tema
- O trabalho do plenário é essencialmente esse. Percebo que as pessoas gostem de ver um plenário cheio, mas se não estiver relacionado com a minha área é mais produtivo aproveitar esse tempo para outros trabalhos